CRISE HUMANITÁRIA E POLÍTICA NA VENEZUELA

Autor(res)

Administrador Kroton

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A Venezuela enfrenta, desde 2013, uma grave e complexa crise humanitária e política, marcada por um colapso econômico sem precedentes, instabilidade institucional e uma profunda erosão das liberdades civis. Milhões de venezuelanos deixaram o país em busca de melhores condições de vida, agravando ainda mais a situação social e regional. Esse cenário desafia o direito internacional, pois envolve questões delicadas relacionadas à legitimidade do governo, à soberania estatal e às graves violações de direitos humanos, exigindo uma análise jurídica aprofundada que ultrapasse as visões meramente políticas ou midiáticas existentes.

Objetivo

Analisar, sob a perspectiva do Direito Internacional e Constitucional Comparado, os aspectos jurídicos da crise venezuelana, com foco na legitimidade democrática, proteção internacional dos refugiados e o dilema entre soberania e intervenção humanitária.

Material e Métodos

O presente estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando relatórios da ONU, ACNUR, OEA e Human Rights Watch, além de artigos jurídicos e constitucionais. A metodologia compreende a análise comparativa de normas internacionais, tratados sobre direitos humanos e princípios do Direito Internacional Público. Busca-se compreender o papel das instituições internacionais e dos Estados na crise, bem como a aplicação dos princípios de não intervenção, autodeterminação dos povos e proteção internacional dos direitos humanos.

Resultados e Discussão

Historicamente, a crise venezuelana decorre do enfraquecimento das instituições democráticas e da concentração de poder no Executivo, agravada após as disputas de legitimidade entre Nicolás Maduro e Juan Guaidó. O país, detentor de grandes reservas de petróleo, tornou-se palco de interesses geopolíticos entre potências como Estados Unidos, Rússia e China. Sob o ponto de vista jurídico, há controvérsia quanto ao reconhecimento de governos e ao princípio da soberania. A proteção internacional dos refugiados se tornou urgente: segundo a ACNUR, mais de 7 milhões de venezuelanos foram deslocados, configurando um dos maiores fluxos migratórios do século XXI. Apesar da atuação de organismos como ONU e OEA, as medidas adotadas revelam limitações estruturais do sistema internacional diante de regimes autoritários. As sanções econômicas e o isolamento

diplomático não lograram restabelecer a ordem democrática, levantando debates sobre a legitimidade e eficácia da intervenção humanitária.

Conclusão

A crise venezuelana mostra a ligação entre política, economia e Direito Internacional. A proteção da soberania não deve justificar violações de direitos humanos. O Direito oferece meios para prevenir e punir abusos, mas depende da cooperação entre Estados e organismos internacionais. Entender juridicamente o conflito é essencial para buscar soluções legítimas, baseadas na dignidade humana, democracia e solidariedade global.

Referências

Referências

ACNUR. Relatório sobre deslocamento forçado na América Latina. 2024.
HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2024: Venezuela. Nova York: HRW, 2024.
NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Direitos Humanos: Relatório da Missão de Investigação sobre a Venezuela. 2023.
PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva, 2022.
REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Democracia e Crise Institucional na Venezuela: Relatório Técnico. 2022.